

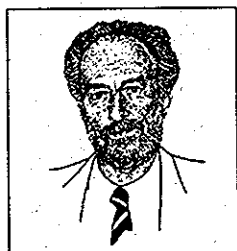
WASHINGTON NOVAES

## O desperdício no meio da pobreza

**E**m certos momentos e temas, tem-se a impressão de que o Brasil é um país fora do mundo. Ou que se julga mais competente, mais forte, mais infenso a certos males que o resto do planeta. A energia nuclear é um desses temas.

A Áustria já se impôs uma moratória nuclear. Estados Unidos, Suécia e Suíça optaram por uma quase moratória. A Alemanha decidiu há poucas semanas que até 2021 fechará todas as 19 usinas nucleares, que contribuem hoje com quase um terço da energia consumida pelo país, e intensificará as pesquisas para desenvolvimento e utilização das energias eólica, da biomassa, solar e do gás. A Lituânia, embora dependa em 70% de energia nuclear, resolveu que em 2005 fechará um dos dois reatores que herdou dos soviéticos, com desenho semelhante aos de Chernobyl. A França deu prazo até 2006 para que seus cientistas encontrem solução para os rejeitos radiativos de suas usinas. Dinamarca e Irlanda pediram à Grã-Bretanha que feche – por falta de segurança e emissões radiativas no mar – a usina de Sellafield, onde gera energia nuclear, reprocessa combustível e estoca rejeitos radiativos.

No Brasil, sem debate, sem satisfações à sociedade, sem nada, estamos pondo em funcionamento mais uma usina nuclear (Angra II) e anunciando o início da construção de outra (Angra III). Sem que ainda tenhamos solução para os rejeitos acumulados em Angra I ou sequer tenhamos chegado a planos de emergência capazes de satisfazer as populações que vivem no entorno das usinas.



**Em vez de investir em conservação de energia, se aplicam bilhões em novas usinas**

adequada (nem ela nem ninguém no mundo).

Na verdade, não nos damos sequer ao trabalho de ler o que está escrito no diagnóstico sobre infraestrutura e integração regional, que é uma das seis partes que compõem o documento *Agenda 21 Brasileira – Bases para a Discussão*, entregue no início deste mês ao presidente da República e que está programado para ser discutido em todo o País.

Se lêssemos, veríamos que ali está dito que, “em todos os cenários das entidades internacionais que lidam com as questões de energia, há grandes incertezas sobre o comportamento futuro da energia nuclear, resultantes da presente falta de sua aceitação pública. Isso se deve a questões de segurança dos reatores, disposição final dos rejeitos radiativos e também ao risco de proliferação de armas nucleares”.

Diz mais o documento: “Cumpra assegurar uma adequada disposição final para os resíduos radiativos de Angra I e Angra II e a implantação de efetivas medidas para maximizar sua segurança, incluindo um plano de emergência devidamente divulgado à população.” Quanto a Angra III, lembra a sugestão de que “um amplo debate público seja promovido para possibilitar a consulta da sociedade sobre a decisão a

ser tomada sobre sua implantação”.

Palavras ao vento, ao que parece, exatamente quando se lembra, no 14.º aniversário do acidente nuclear em Chernobyl, o que aconteceu: 8 mil pessoas morreram e 3,5 milhões foram afetadas de alguma forma pela radiatividade.

Um relatório recente do Centre for Ecology and Hydrology, de Dorchester, na Grã-Bretanha, lembra que o céσιο 137 disseminado pela explosão daquele reator continua a contaminar os peixes de água doce em lagos da Escandinávia, a milhares de quilômetros de distância, assim como a vegetação, o solo e a água dos lagos, além das ovelhas criadas nas imediações. Sua previsão é de que o problema ainda permaneça por mais 30 anos (50 anos na antiga URSS).

Na França, relatório do Instituto de Proteção e Segurança Nuclear informa que o câncer da tireóide entre os homens, naquele país, aumentou 2,4 vezes, e 1,7 vez entre as mulheres, após Chernobyl.

Em praticamente todos os 33 países que utilizam a energia nuclear (responsável por 17% da energia elétrica no mundo, em mais de 450 reatores), multiplicam-se os relatórios informando sobre os problemas de segurança nessas unidades e a falta de solução para o problema dos resíduos altamente radiativos das usinas.

Mesmo nos Estados Unidos, onde alguns bilhões de dólares já foram gastos na busca de soluções, não se encontrou um formato adequado. O plano de sepultar os rejeitos a centenas de metros de profundidade, sob a Serra Nevada, continua a enfrentar objeções dos cientistas, que temem a infiltração nos lençóis e aquíferos subterrâneos.

Se lêssemos os documentos que informam a discussão sobre a Agenda 21 brasileira, veríamos também a recomendação de priorida-

dade absoluta, no setor energético, para a conservação de energia.

Nos Estados Unidos, por exemplo, após os “choques do petróleo”, durante 15 anos a economia do país cresceu quase 40% sem aumentar em um só quilowatt seu consumo de energia – só com programas de conservação e ganhos de eficiência em equipamentos.

Aqui, os programas nacionais de conservação falam em destinar apenas 1% dos investimentos do setor elétrico para programas de conservação, para economizar apenas 0,25% (um quarto de 1%) ao ano no consumo. E nem isso é aplicado, enquanto se aplicam bilhões de reais anualmente em nova geração. Prefere-se investir dezenas de vezes mais em novas usinas, atendendo sempre a “estudos” que prevêem déficits no fornecimento que nunca se concretizam.

E, no entanto, o potencial de conservação poderia ser muito alto. Quem se interessar pode ver as tabelas que constam do livro *Energia Elétrica para o Desenvolvimento Sustentável*, organizado por Lineu Belico dos Reis e Semida Silveira (edição Edusp, 2000). Há setores como o da indústria cerâmica em que o rendimento médio do uso é inferior a 30%, quando já há outros na casa dos 80% (papel e celulose). No próprio setor residencial, o rendimento – 29% – é baixíssimo.

Isso tudo sem falar nos baixíssimos investimentos em energias como a eólica, a solar e a da biomassa. Ou em deslocar certas atividades para o período noturno, quando a sobra de energia pode chegar a quase 80%.

A penosa impressão que fica é a de um país indiferente à experiência. E perdulário, em meio à pobreza, que se diz não ter como eliminar.